

FLASH INFORMATIVO

REGIME JURÍDICO DA TRAMITAÇÃO ELECTRÓNICA DE PROCESSOS JURISDICIONAIS



Áreas de Interesse:

- **Tecnologia**
- **Mídias e Telecomunicações**

17/JUN/24

REGIME JURÍDICO DA TRAMITAÇÃO ELECTRÓNICA DE PROCESSOS JURISDICIONAIS

Por Lei n.º 8/2024, de 7 de Junho, foi aprovado o regime jurídico da tramitação electrónica de processos jurisdicionais e criado o Centro de Gestão de Tecnologias do Sector da Justiça, abreviadamente designado CGTSJ (doravante designada como a “Lei de Tramitação Electrónica”), por forma a garantir maior celeridade processual, facilidade de acesso à justiça, segurança e protecção de direitos fundamentais dos cidadãos.

A Lei de Tramitação Electrónica entrará em vigor no dia 5 de Setembro de 2024 e será aplicável a todos os processos tramitados nos tribunais de competência comum, especial ou especializada, em qualquer grau de jurisdição, no Conselho Constitucional, no Ministério Público e nos órgãos de investigação e instrução, incluindo os seus auxiliares.

A Lei de Tramitação Electrónica estabelece os objectivos e os princípios a que se devem subordinar os processos jurisdicionais electrónicos, definindo as regras, o valor e efeitos dos actos processuais por via electrónica desde o início de tramitação, com a submissão da petição inicial/ requerimento inicial ou com a notícia do crime.

A tramitação electrónica de processos jurisdicionais será feita com recurso ao Sistema de Tramitação Electrónica de Processos Jurisdicionais ou mediante a interoperabilidade entre os sistemas dos órgãos do Sector de Justiça, que, de acordo a Lei de Tramitação Electrónica, irá compreender programas informáticos, meios de comunicação audiovisuais e demais tecnologias electrónicas.

A Lei de Tramitação Electrónica, prevê, ainda, regras de protecção e tratamento de dados pessoais e regras de segurança, com vista a garantir a disponibilidade, integridade, autenticidade e confidencialidade na tramitação, no armazenamento e no processamento da informação.

Neste âmbito, o Centro de Gestão de Tecnologias do Sector da Justiça é criado pela Lei de Tramitação Electrónica, para entre outras funções, gerir o Sistema de Tramitação Electrónica de Processos Jurisdicionais, exercer as funções de entidade certificadora e garantir o cumprimento das normas e procedimentos aplicáveis à gestão de sistemas electrónicos nos órgãos do Sector da Justiça.



Thaís Gomes
Consultora Júnior

Áreas de Prática:
- **Tecnologia, Media e Telecomunicações**
- **Serviços Digitais**
- **Contencioso e Arbitragem**

tgomes@ca.co.mz

+258 878 885 500
info@ca.co.mz

Edifício JN130
Avenida Julius Nyerere,
Nr.130 - 6º Andar Dto.
Cidade de Maputo, Moçambique.

www.ca.co.mz